

CARTA ABERTA AOS VEREADORES DE CARUARU

Assistimos com ansiedade e muitas expectativas, a histórica sessão solene da Câmara Municipal de Caruaru, realizada na última terça-feira, dia 31 de março do corrente ano, a primeira realizada por videoconferência, transmitida ao vivo pelas redes sociais.

A expectativa era de deliberações propositivas para o enfrentamento do que já podemos classificar como a maior crise de saúde pública e até econômica do século, todavia, não foi isso que vimos e ouvimos durante a sessão.

Foi anunciada, durante os debates, a aquisição, com recursos do Poder Legislativo Municipal, de duas mil cestas básicas para socorrer à população que se encontra em vulnerabilidade social. Importante e honrada medida, mas que não é suficiente diante do enorme problema que bate às nossas portas.

Entendemos, outrossim, a dimensão da crise e que, para além dos efeitos danosos no sistema de saúde pública, já temos efeitos diretos na economia local, com muitas pessoas sem nenhuma renda, nem mesmo para alimentação, devido o necessário isolamento social para contenção da disseminação do COVID-19.

Recente pesquisa do IBGE (2019) demonstra que o Estado de Pernambuco tem 48,8% da população ocupada na informalidade, se colocando entre os Estados recordistas no âmbito nacional. Temos que na Capital do Agreste este dado se reforça ainda mais, já que nossa economia é movimentada especialmente pelas atividades dos feirantes, ambulantes e tantos outros trabalhadores informais que auferem suas rendas nas feiras e ruas da nossa cidade.

Sendo assim, após a histórica sessão solene temos a impressão de que, para além de preocupações do senso comum, a Casa Jornalista José Carlos Florêncio, não deliberou nenhuma proposta efetiva de contribuição para conter os desastrosos efeitos econômicos advindos do necessário isolamento social.

É que diante da atual crise, aqueles que foram eleitos pelo povo precisam ser os primeiros a dar exemplos.

Sendo assim, o Movimento Acredito vem à público pedir ao Poder Legislativo Municipal que indique quais são as medidas que serão tomadas para redução de gastos internos, com a finalidade de devolver recursos do duodécimo à Prefeitura de Caruaru para que tais recursos sejam realocados para o combate ao Coronavírus (COVID-19) e seus efeitos, tanto no sistema de saúde pública municipal, como na economia local.

De pronto, apresentamos as seguintes sugestões: **a)** redução, na proporção de 50% (cinquenta por cento), dos subsídios dos vereadores e da vereadora, enquanto durar o período da pandemia; **b)** redução de gastos internos não essenciais para o funcionamento mínimo das atividades legislativas; **c)** suspensão de contratos de prestação de serviços não essenciais, especialmente os contratos que já foram objeto de recomendação de suspensão, por suspeita de irregularidades, pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco.

O momento é crítico e exige a responsabilidade de todos(as), por isso é importante que a sociedade civil cobre dos seus representantes democraticamente eleitos que saiam da superficialidade das discussões e que se apresentem como agentes de transformação social, ainda que em meio ao caos.

Atenciosamente,

Weslley Nascimento

Líder Movimento ACREDITO - Núcleo Caruaru/PE